rector-geral do Departamento da Tesouraria Central do Estado e director-geral, em substituição, cargo que desempenha actualmente;
Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, de Agosto de 2001 a Abril de 2002.

Outras actividades profissionais:

Coordenador da COMACC — Comissão do Acordo de Cooperação Cambial com a República de Cabo Verde;
Membro da comissão de fiscalização do Fundo para as Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
Responsável pela implementação do projecto «Homebanking do Tesouro»;
Membro do grupo de acompanhamento do FEOGA — Garantia, durante a primeira presidência portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias;
Coordenador do grupo de trabalho para a produção, armazenamento e distribuição das moedas euro;
Presidente da mesa da assembleia geral da PARPÚBLICA — Participações Públicas (SGPS), S. A.

Despacho conjunto n.º 614/2005. — O licenciado Luís da Silva Laço tem vindo a desempenhar, ao longo da sua carreira, funções que o tornam possuidor de uma formação técnica e experiência qualificadas em vastas e diversificadas matérias da Administração Pública.

Havendo necessidade de prover o cargo de director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e considerando que tais conhecimentos e experiência potenciam a capacidade de direcção do referido licenciado e fundamentam a adequação do seu perfil ao desempenho desse cargo:

Assim:

1 — Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.os 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado no cargo de director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo o licenciado Luís da Silva Laço, assessor principal do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, cujo currículo se publica em anexo ao presente despacho.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

1 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Luís da Silva Laço.
Data nascimento — 8 de Junho de 1944.
Naturalidade — Erada, Covilhã.
Formação académica — licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1970.
Experiência profissional:

1999-2005 — conselheiro técnico principal para as questões aduaneiras na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas;
1998-1999 — assessor do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;
1988-1998 — autorizado, nos termos legais, a desempenhar as funções, primeiro, de perito destacado e, seguidamente, após concurso, de funcionário superior da Comissão das Comunidades Europeias, em Bruxelas, onde desempenhou funções técnicas, nomeadamente no que se refere à elaboração de propostas legislativas relativas à implementação do mercado interno. Foi, nessa qualidade, igualmente representante (de 1992 a 1998) da CE no grupo de trabalho de assuntos aduaneiros e no comité de gestão do regime TIR da Comissão Económica para Europa das Nações Unidas, em Genebra;
1971 — ingressou no quadro técnico superior da Direcção-Geral das Alfândegas, onde é ainda funcionário com a categoria, actual, de reverificador assessor principal. Desempenhou funções técnicas nos diferentes sectores da actividade aduaneira, com especial incidência na verificação e controlo de regimes aduaneiros, reorganização de serviços e informática, tendo chefiado as Delegações Aduaneiras de Faro, Xabregas e Jardim do Tabaco;
1971 — Chefe da secção «Contribuintes» da Caixa de Previdência dos Serviços do distrito de Lisboa.

Publicação (em co-autoria) — *Contencioso Aduaneiro Anotado,* Rei dos Livros, 1976.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho conjunto n.º 615/2005. — Nos termos conjugados do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 549/99, de 14 de Dezembro, e dos artigos 11.º, 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado inspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, em regime de comissão de serviço, o mestre António João Sequeira Ribeiro, pertencente aos quadros do Instituto Nacional de Aviação Civil, ficando autorizado a exercer a actividade docente, nos termos previstos no artigo 16.º, n.º 3, alínea *d*), da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo *curriculum vitae,* que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de Maio de 2005.

26 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia.*

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — António João Sequeira Ribeiro;
Naturalidade — Lisboa;
Data de nascimento — 7 de Outubro de 1964.

Resenha curricular:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a classificação final de *Bom;*
Mestre em Direito, Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a classificação de *Bom com distinção;*
Admitido a doutoramento em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Subinspector-geral do Ambiente desde Agosto de 2002 (*Diário da República,* 2.ª série, de 25 de Setembro de 2002);
Coordenador nacional da rede IMPEL (European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law) desde 2003;
Participação em vários seminários no País e no estrangeiro sobre temas jurídicos;
Docente de cursos de pós-graduação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Director de Assuntos Jurídicos do Instituto Nacional de Aviação Civil desde 1 de Março de 2000;
Adjunto do gabinete do Provedor de Justiça, conselheiro José Menéres Pimentel, desde 25 de Março de 1994 (*Diário da República,* 2.ª série, de 18 de Abril de 1994);
Advogado da Caixa Geral de Depósitos, pertencendo à consulta jurídica da Direcção de Assuntos Jurídicos, desde 1993;
Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 1992;
Técnico superior de 2.ª classe, desde 1991, da Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças. Ficou em 1.º lugar no concurso nacional de admissão a técnico superior (*Diário da República,* 2.ª série, de 7 de Janeiro de 1993), integrando o gabinete de apoio técnico responsável pelas matérias da harmonização do direito comunitário;
Professor auxiliar convidado do Departamento de Direito da Universidade Internacional;
Assistente do Departamento de Direito da Universidade Internacional;
Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Advogado inscrito na Ordem desde 1992;
Director técnico-pedagógico da INEX, L.da;
Monitor de formação profissional em 1988 na INEX, L.da, tendo leccionado o curso de técnicos administrativos.

Trabalhos:

«Garantia bancária autónoma à primeira solicitação: algumas questões», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Gaivão Teles,* vol. II, *Direito Bancário,* 2002, pp. 289-426;
«Rendas e encargos no contrato de arrendamento urbano», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Gaivão Teles,* vol. II, *Direito do Arrendamento Urbano,* 2002, pp. 87-157;

«Vidas em risco», in *Vida e Direito — Reflexões sobre Um Referendo,* Lisboa, Principia, 1998, pp. 31 e 32;
«Do Provedor de Justiça Europeu: algumas considerações», in *Ab Vno Ad Omnes — 75 Anos da Coimbra Editora,* Coimbra, 1998, pp. 1227-1266;
«Acerca da forma no contrato de mandato», in *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa,* 1997, n.º 2, pp. 371-409;
«Sobre os pactos de jurisdição na Convenção de Bruxelas de 1968: uma breve abordagem ao artigo 17.º», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,* 1996, n.º 2, pp. 407-452;
Acerca da Denúncia no Contrato de Arrendamento Urbano para Habitação, Lisboa, Lex, 1996;
«Do Provedor de Justiça Europeu: algumas considerações», in *XX Aniversário do Provedor de Justiça — Estudos,* Lisboa, 1995, pp. 303-337;
Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, Introdução e Notas, Lisboa, AAFDL, 1994;
«Tramitação dos recursos para a secção do contencioso tributário do Supremo Tribunal Administrativo relativos a decisões judiciais proferidas em processos de execução fiscal», in *Revista de Direito Público,* ano VI (1993), n.º 12;
«Acerca da invalidade e deliberações sociais no actual direito societário português», versão policopiada, 1992.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 616/2005. — 1 — Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, é nomeada vice-presidente do conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento a licenciada Maria Luísa Gonçalves Carvalho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 20 de Julho de 2005.

29 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — Pelo Ministro da Saúde, *Francisco Ventura Ramos,* Secretário de Estado da Saúde.

Nota biográfica

Maria Luísa Gonçalves Carvalho, de nacionalidade portuguesa, nascida em Lisboa no dia 16 de Julho de 1964 e portadora do bilhete de identidade n.º 6550910.

Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa, em 3 de Novembro de 1989, com a média final de 14 valores. Internato geral no Hospital de Egas Moniz, em Lisboa, de Janeiro de 1990 a Agosto de 1991, com classificação de *Apta*. Internato complementar de clínica geral no Centro de Saúde de Marvila — ARS LVT, de Janeiro de 1992 a Fevereiro de 1996, obtendo a classificação final de 18,4 valores e o título de especialista de medicina geral e familiar.

Desde Fevereiro de 1996 até Maio de 2001 desempenhou funções de apoio técnico ao conselho de administração da ARSLVT.

Foi médica de família no Centro de Saúde de Benfica desde Janeiro de 1997, sendo assistente de clínica geral na extensão de Carnide desde 20 de Abril de 1998 até Maio de 2001. É nesta extensão a responsável pela sua informatização. Desempenha as funções de interlocutora do Centro de Saúde para a Diabetes Mellitus de 1999 a 2001 e de gestora do Manual da Qualidade do Centro de Saúde de Benfica de Setembro de 2000 a 2001.

Em Junho de 2001 iniciou actividade como médica de família na medicina privada, mantendo as vertentes de continuidade e globalidade de cuidados.

Em Junho de 2001 inicia a função de *medical manager* no âmbito do tratamento da dor, na Euro-Labor, S. A. A partir de Setembro de 2003, transita para a área comercial desempenhando funções de *medical* marketing. Em 2004 tornou-se ainda responsável pela coordenação do curso P. A. I. N. Management.

Em Maio de 2005 transita para a empresa Wyeth, onde assume a posição de chefe de serviços como *medical advisor,* ficando responsável pela área do *infant care* e do *open care.*

Pertenceu ao conselho editorial da Revista Portuguesa de Clínica Geral de 1993 até 1999 e tem as funções de consultora permanente nas revistas *Saúde e Bem-Estar* e *Super Bebés* desde o seu início. Pertence ao grupo editorial do Manual de Medicina Geral e Familiar, projecto MGF 2000 da APMCG.

Pertence desde Junho de 2005 aos órgãos directivos da Associação Nacional de Cuidados Paliativos como vogal do conselho fiscal.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 18 361/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para o cargo de secretária pessoal do meu Gabinete a licenciada Elsa Maria Lopes e Silva Garcia de Sousa Barreto, com efeitos a partir desta data.

15 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 18 362/2005 (2.ª série):

Paula Maria Fernandes da Costa Canuto, assistente administrativa — transferida para o quadro único do Ministério da Administração Interna, com efeitos a 2 de Agosto de 2005, para lugar criado por força da Portaria n.º 632/2005, de 2 de Agosto, a extinguir quando vagar.

5 de Agosto de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Albertina Guedes.*

Despacho n.º 18 363/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Julho de 2005 do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde e por meu despacho de 19 de Julho de 2005:

Maria do Céu Aires Paulo Ferreira, auxiliar administrativa do quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde — autorizada a transferência para igual categoria do quadro único de pessoal do Ministério da Administração Interna, com efeitos a 8 de Agosto de 2005. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

8 de Agosto de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Albertina Guedes.*

Despacho n.º 18 364/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Agosto de 2005 da secretária-geral-adjunta do Ministério da Administração Interna:

Victória Maria Soares da Rocha Ré, assistente administrativa especialista do quadro único do Ministério da Administração Interna — nomeada, por reclassificação profissional, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, em lugar vago do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Albertina Guedes.*

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Chefia do Serviço de Pessoal

Aviso n.º 7544/2005 (2.ª série). — Por despacho do comandante-geral de 5 de Julho de 2005 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos do artigo 109.º do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, é promovido ao posto de cabo o soldado de infantaria n.º 1950236, Carlos dos Santos Loureiro, da Brigada de Trânsito, desta Guarda, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto, desde 27 de Março de 2002.

2 de Agosto de 2005. — O Chefe do Estado-Maior Interino, *José Manuel da Costa Pereira,* COR INF.

Aviso n.º 7545/2005 (2.ª série). — Por despacho do comandante-geral de 5 de Julho de 2005 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos do artigo 267.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 112.º, do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, é promovido ao posto de cabo-chefe o cabo de infantaria n.º 1820540, Pedro Armando Teixeira Ribeiro, da Brigada de